



OFICINA DO CES

ces

Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Faculdade de Economia
Universidade de Coimbra

ADRIANE NOPES

**OS “OUTROS” POR BAIXO DOS “OUTROS”:
O CASO DAS “FAVELAS” NO BRASIL**

**Novembro de 2012
Oficina nº 393**

Adriane Nopes

Os “outros” por baixo dos “outros”: O caso das “favelas” no Brasil

**Oficina do CES n.º 393
Novembro de 2012**

OFICINA DO CES

ISSN 2182-7966

Publicação seriada do

Centro de Estudos Sociais

Praça D. Dinis

Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

Correspondência:

Apartado 3087

3000-995 COIMBRA, Portugal

Adriane Nopes*

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Os “outros” por baixo dos “outros”: O caso das “favelas” no Brasil

Resumo: O legado do pensamento eurocêntrico deixou raízes profundas na produção do conhecimento ocidental e assume novas formas de colonialidade nas relações intra-Sul, silenciando e marginalizando seres humanos e grupos sociais. A construção do pensamento hegemônico perpassa as comunidades intelectuais, as “novas elites” e mesmo o Estado brasileiro, que tem atuado timidamente na promoção da equidade dos “cidadãos brasileiros”. O presente ensaio aborda como o pensamento hegemônico de invenção do “outro”, sob a ótica do pensamento eurocêntrico, se imbrica no interior das relações socioculturais, econômicas e política do Brasil, nomeadamente na invenção do “outro” urbano, isto é, a “favela” e o “favelado”, como sujeitos subalternos da história brasileira, assim legitimando as desigualdades sociais.

Palavras-chave: relação poder/saber intra-Sul; invenção do “outro”; favelas no Brasil.

1. A subalternização do “outro”

O complexo e extenso processo de autogestão da Europa ultrapassou as relações ultramarinas e estendeu-se nos países colonizados. Os estudos pós-coloniais, enquanto novas abordagens epistemológicas têm feito a proposta de justapor os diversos saberes planetários, com o intuito de romper as subalternidades das relações estabelecidas pelo saber hegemônico entre “europeu” e “não europeu”, “Norte” e “Sul”, “Ocidente” e “Oriente”. A dualidade superior-inferior se construiu sob a égide de correlações imbricadas entre fatores culturais, políticos e econômicos, que se disseminaram por todo o Ocidente colonizado, penetrando no interior das relações do próprio “sul” e do “não-europeu”, o que se reflete em novas expressões de colonialidades intra-Sul.

Para compreendermos o conjunto de estratégias de invenção do “outro” é necessário compreender os pressupostos de invenção da Europa e suas hierarquizações como um duplo processo de legitimação da superioridade europeia. Neste ensaio apenas estão elencados os principais fatores que desencadearam o processo de assimilação e reprodução do modelo do pensamento hegemônico de invenção do “outro”, demonstrando como a colonialidade perdura para além das relações globais (Norte/Sul).

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC/Brasil – bolsista Capes, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Elizabeth Farias da Silva e coorientação da Prof.^a Dr.^a Maria Paula Meneses do Centro de Estudos Sociais – CES/Coimbra/Portugal.

A Europa, no processo de construção do ideal de modernidade, desde o século XVI, organizou e impôs um padrão de referência universal de tempo e espaço (Berman, 2006; Whitrow, 1993; Lander, 2005; Goody, 2008), impôs seus valores e instituições “ocultando assim continuidades e semelhanças com valores e instituições vigentes noutras regiões do mundo” (Santos e Meneses, 2009: 445). O processo de ocultamento, segundo Lander (2005:34), se desenvolveu tendo como pressuposto o metarrelato da modernidade, que se tornou um “dispositivo de conhecimento colonial e imperial”.

Localizado no tempo e espaço, podemos dizer que o processo de invenção da “Europa” perpassa a descoberta das Américas. Segundo Habermas (2002), Hegel foi o primeiro filósofo a tomar a modernidade como problema filosófico, ao desenvolver a teoria sobre “constelação conceitual entre modernidade, consciência do tempo e racionalidade”, ou seja, percebeu antecipadamente os conflitos e as contradições da modernidade. Para Hegel, a sociedade moderna perpassa o fato histórico da descoberta do Novo Mundo, o que representou um dos marcos para o princípio da ideia de Modernidade. Como analisa Elliott (1984), a Europa ao descobrir a América havia descoberto a si mesmo; ou ainda, como descreve Goody (2008: 32), a “Europa alcançou uma posição dominante no mundo em parte por conta da Renascença e dos avanços na navegação e nos armamentos que lhe permitiram explorar e colonizar novos territórios e desenvolver sua empresa mercantil”, de forma que a dominação e exploração dos povos das Américas, África e Ásia são sustentadas pela colonialidade do poder/saber.

A conquista militar, espiritual e intelectual do Novo Mundo tornou-a consciente do seu próprio poder e do seu próprio alcance... Em torno de 1600, tendo conquistado a América e tendo-a incorporado dentro dos limites de seu mundo intelectual, os europeus podiam contemplar a terra com orgulho, conscientes da sua própria superioridade espiritual e técnica, da sua capacidade militar e do seu poder econômico. (Elliott, 1984: 70)

Intelectuais como Wallerstein (2006), Quijano (2005), Mignolo (2003) e Lander (2005), entre outros, partem do pressuposto de que a Modernidade construída em alguns países da Europa desdobra-se em uma visão etnocêntrica pelos seus feitos, pela sua tecnologia e pelas suas revoluções. No entanto, estes pensadores defendem a tese de que a modernidade somente pode nascer em 1492 quando “realmente se deram as condições históricas de sua origem” (Dussel, 2005: 67), quando “a configuração da modernidade na Europa e da colonialidade do resto do mundo (com exceções, por certo, como é o

caso da Irlanda)” se estrutura como processos complementares, pois “a colonialidade é constitutiva da modernidade, e não derivativa” (Mignolo, 2003: 78). Desta forma, ressalta Castro-Gómez (2005: 177), “qualquer narrativa da modernidade que não leve em conta o impacto da experiência colonial na formação das relações propriamente modernas de poder é não só apenas incompleto, mas também ideológico”.

Entendo aqui como ‘colonialidade’ tão-somente o lado reverso e inevitável da ‘modernidade’ – seu lado sombrio, como parte da lua que não enxergamos quando a observamos da terra. A colonialidade traz para o primeiro plano a coexistência e interseção tanto dos colonialismos modernos quanto das modernidades coloniais (e, obviamente, a multiplicação das histórias locais que substituem a história mundial ou universal), nas perspectivas dos povos e histórias locais que têm de confrontar o colonialismo moderno. (Mignolo, 2003: 47)

A invenção da superioridade europeia se legitima e consolida pela colonialidade do poder e saber na construção de narrativas dominantes da modernidade; neste processo, como observa Wallerstein (2006), as taxionomias da ciência tornaram-se peças fundamentais para o desenvolvimento da ideia de modernidade; no entanto, somente nas últimas décadas modernidade e colonialidade passam a ser analisadas como polaridades complementares. Historicamente no discurso hegemônico, a colonialidade foi um dos processos ocultados pela epistemologia dominante, evidenciando somente o processo da modernidade como *télos* a ser seguido por todo o Ocidente. Assim, o pensamento europeu construiu uma série de pressupostos nos diversos âmbitos (sociocultural, político e econômico) como estratégia de alegação para legitimar a sua superioridade, pressupostos estes que validaram e impuseram um único modelo epistemológico, atribuído como verdadeiro e objetivo: o científico e tecnológico. Tal estratégia relegou as “outras” cosmovisões, e principalmente as expressões do sagrado, como primitivas. O exclusivismo epistemológico, segundo Santos (2004: 20), traduziu-se em dois processos paralelos; por um lado, “a emergência de uma concepção a-histórica do próprio conhecimento científico”, que ocultou e roubou os feitos históricos anteriores à invenção da Europa; e, por outro lado, traduziu-se em “epistemicídio”, reverberado na subalternização e na morte de diversas cosmovisões e práticas sociais.

A legitimação da superioridade europeia no âmbito político se assenta na forma de organização do Estado dos povos “descobertos”, considerados como estando em estágios inferiores ao modelo moderno Europeu. Este pressuposto foi reforçado após a

Revolução Francesa, devido aos ideais de democracia (conceito grego), de liberdade e igualdade, como princípios de cidadania. No entanto, como descreve Meneses (2010: 87), a Revolução Francesa baseia-se, por definição, numa pertença separada entre soberania territorial e nacional e “a exclusão colonial das populações indígenas do domínio da cidadania desafiou esta distinção, ao ativar a soberania territorial dos súbditos coloniais, ao mesmo tempo em que impedia a sua presença na soberania nacional.”. Quanto aos pressupostos econômicos, a superioridade europeia se afirma na Revolução Industrial. Para que o modelo capitalista se expandisse era necessário modificar os costumes e hábitos dos povos colonizados, principalmente retirá-los da cosmovisão de subsistência. Era preciso inseri-los na lógica capitalista europeia; todavia, para que isso acontecesse era indispensável dominar e civilizar sob a lógica do modelo europeu: dominar para explorar riquezas e civilizar para tornarem-se consumidores. Este processo era um fator extremamente importante para alguns países da Europa; pois para prosperarem no sistema capitalista necessitavam ampliar os meios de produção, principalmente de exploração da natureza e matéria prima local, além da necessidade de expansão comercial.

Assim, os pressupostos da modernidade criados *pela e na* Europa legitimaram a dominação e a subordinação dos povos colonizados. O processo de dominação muitas vezes violento, tanto no plano material – de expropriação de terras e saqueamento dos bens naturais – quanto humano e da cultura local, resultou no extermínio de alguns grupos humanos e no soterramento da diversidade. Os ideais da modernidade como modelo universal ganham impulso na expectativa do desenvolvimento e do progresso, pelo qual todos os demais povos deveriam passar, como forma de sair do “atraso” e da “selvageria”. No conjunto da complexidade dos pressupostos elencados, constrói-se a ideia de uma Europa moderna e “superior” como centro da história universal, cabendo a todos os “outros” povos o atributo de “primitivo”, e, portanto, de “inferiores”.

Tal como analisa Bhabha (2005), o discurso colonial tem por objetivo “construir o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial”; assim, na estrutura do pensamento do imaginário europeu, a invenção do selvagem aparece como um conceito chave no processo de colonização.

Com o evolucionismo assistiu-se à secularização do tempo, o qual foi colocado à disposição do projecto imperial. Uma das características-chave deste período foi a invenção do arcaico, do bárbaro, forma elegante encontrada pelas metrópoles coloniais para justificar a imposição da necessidade de progresso, enquanto se

mapeava e localizava o estádio supremo do desenvolvimento – a civilização ocidental. (Meneses, 2010: 72)

Todos estes conceitos-chave tornaram-se genuínos e verdadeiros aportes para a construção de um “outro” ou “outros” estereotipados e estigmatizados. A problemática da invenção do “outro”, tal como é analisada por diversos autores pós-coloniais como Said (2004), Bhabha (2005), Hall (2003) e Fanon (2008) somente para citar alguns, tem como principal objetivo demonstrar que a oposição entre o “eu - europeu” e o “outro – não europeu” foi fundamental para o autoconceito da Europa: “se as pessoas são irracionais colonizados, os europeus são racionais; se os primeiros são bárbaros, sensuais, e preguiçosos, a Europa é a civilização em si” (Loomba, 1998: 47).

A lógica do discurso colonial se desdobra no tempo e no espaço por relações binomiais como Ocidente/Oriente - Norte/Sul – civilizado/bárbaro, e se expandiu para todos os povos não-europeus, africanos, nativos americanos, indianos, muçulmanos, entre outros, tendo sempre como lócus de enunciação privilegiado a Europa. Advém desta forma, uma reapropriação dos estereótipos criados para o Sul pelo próprio intra-Sul. O local é pensado e analisado pelas construções teóricas e conceituais globais, com base em paradigmas e categorias globais. Por isso, as análises em torno dos subalternos tornam-se uma problemática complexa, pois, como descreve Bhabha (2005: 155), “O estereótipo é, assim, enquanto ponto primeiro de subjetivação no discurso colonial, tanto para o colonizador como para o colonizado, o cenário de uma fantasia e defesa similares – o desejo de uma originalidade que é mais uma vez ameaçada pelas diferenças de raça, cor e cultura”.

O imaginário do grupo étnico-racial dominante prevaleceu formatando o que Dijk (2008) denomina de “sistema de dominação”, que se estendeu sobre todos os “outros” povos (africanos e descendentes e indígenas) legitimando o processo de escravização “real” ou “simbólica”, fenômeno que hodiernamente ocorre no Brasil como um racismo frequentemente negado. Pois a estrutura do pensamento hegemônico de construção do “outro” na perspectiva global desdobra-se em novas dinâmicas construtivas que atuam nas relações locais, construindo novos seres subalternos, excluídos e marginalizados. O processo de colonização transferiu para os colonizados a estrutura do pensamento hegemônico ocidental, que classifica e ordena o mundo a partir de relações binomiais e bipolares. Entretanto, a estrutura bipolar do pensamento estabelece relações de

polaridades não assimétricas, que reduzem a “nada” ou a “não-existência” os opostos que os conceberam (Brüzeke, 1993).

No Brasil, nas relações intra-Sul, encontramos vários exemplos de construção do “outro” sob a lógica do pensamento dominante, e aparecem na subalternização étnica (racismo), sexista (machismo), religiosa (catolicismo), econômica e social. Desta forma, os brasileiros colonizados passam a ser os colonizadores, construindo discursos internos classificatórios e estereotipados do “outro”.

Partindo das premissas elencadas sobre a estrutura analítica do pensamento vigente, a organização das “favelas” no Brasil é considerada um fenômeno ilegal de ocupação no meio da cidade “formal”, e todos os que lá habitam são vistos de forma homogênea como “marginais”, estereótipo que exclui e marginaliza grande parcela da população urbana brasileira. A “elite” brasileira, tendo incorporado a lógica do pensamento hegemônico, criou categorias e conceitos estereotipados sobre os denominados “favelados”, como forma de sustentação da sua preeminência, “marginalizando” a diversidade de expressões dos espaços urbanos. A elite urbana brasileira, formada por intelectuais, profissionais liberais, comerciantes e funcionários públicos, emerge no final do século XIX e início do século XX atrelada às oligarquias rurais.¹

O emprego do pensamento europeu para análises de contextos “não-europeus”, como descrevem Santos e Meneses (2009), comumente produz “respostas fracas”. Segundo os autores “as respostas fracas têm alguma credibilidade no Norte Global”; entretanto, “se traduzidas em políticas, são respostas fracas que asseguram a continuação da dominação neocolonial do Sul global pelo Norte global” (*ibidem*: 456). Desta forma “No sul global, as respostas fracas traduzem-se em imposições ideológicas e violência de toda a espécie no cotidiano dos cidadãos, exceto no das elites que constituem o pequeno mundo do Sul imperial” (*ibidem*), como no caso do contexto urbano do Brasil. Respostas fracas ou ainda falta de respostas traduzem-se em respostas como a descrita por Janice Perlman (1977), uma antropóloga norte-americana: “A “favela” é uma exigência da estrutura social brasileira”. Entretanto, simplificar a complexidade e a diversidade do espaço urbano brasileiro, como uma exigência da estrutura brasileira, é uma forma de negar a estes cidadãos a possibilidade de inclusão.

¹ Sobre a formação das elites urbanas brasileiras ver: Needell (1993), Dreifuss (1981), Diniz (1978).

2. O processo de “favelização” e a marginalização da diversidade urbana

A *praxis* urbana no Brasil tem suas origens na estrutura colonial, que ainda hoje é produtora e reprodutora de desigualdades socioeconômicas e culturais. As habitações conhecidas pela denominação genérica de “favelas” no Brasil revelam um fenômeno urbano surgido no final do século XIX com a abolição da escravização e teve seu auge em meados do século XX, com o intenso processo de urbanização. As “favelas” emergem como mecanismo de defesa, uma resposta ao modelo imperialista de exclusão racial, cultural e socioeconômica. Tal como descreve Grosfoguel (2010), os europeus, ao chegarem às Américas nos finais do século XVI, trouxeram consigo uma “enredada estrutura de poder” sob a lógica do homem, heterossexual, branco, patriarcal, cristão, militar, capitalista, europeu, bem como o idealismo da existência de uma “única tradição epistêmica a partir da qual pode alcançar-se a Verdade e a universalidade” sem levar em consideração diferentes tempos-espacos.

O período imperial no Brasil, diferentemente de outras colônias latino-americanas (espanholas e francesas), representou somente um espaço de exploração natural e humana. O fenômeno mais expressivo das mazelas da colonização e do domínio da exploração pode ser identificado na atual cidade do Rio de Janeiro, que atuou como um porto por onde entravam escravos (escravizados), negros (descendentes de africanos libertos) e portugueses que transitavam livremente. Depois de 1822, muitos portugueses se estabeleceram no Brasil. O país continuou a ser um depósito de seres humanos degradados/degradados, e a partir de 1850 passou a receber uma população expulsa da Europa não Ibérica. Desta forma, em 1888, quando se oficializou a abolição da escravização, o Rio de Janeiro contava com um grande contingente de escravizados (força de trabalho das fazendas de café), escravizados de ganhos e domésticos, produzindo uma população de excluídos, marginalizados principalmente pelo racismo, pois, mesmo “libertos”, estavam proibidos de ter propriedade (continuavam sendo vistos como propriedades-bens semoventes) e de se alfabetizarem.

Para onde iriam estas pessoas abandonadas e subalternizadas historicamente? Marcadas pela escravização e pelo racismo foram viver em alguns recantos dos espaços urbanos não reclamados pela sociedade. A lógica binomial do pensamento hegemônico aparece no interior no imaginário brasileiro do homem branco como trabalhador, alfabetizado, civilizado, e o preto como malandro,² analfabeto, marginal, atributos

² Malandro – tema analisado pelo antropólogo brasileiro, Roberto DaMatta (1997) na obra *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*, publicado em 1979, que se transformou

anteriormente aplicados aos povos colonizados. Como se tratava de uma população marginalizada pela cor da sua pele (racismo), não mereceu qualquer atenção do Estado. A análise da complexidade da construção da identidade mestiça no Brasil pelo viés assimilacionista que subjaz à mestiçagem colide com o processo histórico da construção da identidade negra, hoje mais visível devido ao protagonismo dos movimentos negros. Munanga (2010: 24) critica a ambiguidade cor/classe em que assenta o mito da democracia racial brasileira e o pressuposto que o sustenta, segundo o qual o racismo brasileiro é melhor do que os outros. Segundo este autor, todos os racismos são abomináveis e a integração só é possível no pleno reconhecimento da pluralidade e da diversidade.

O cenário brasileiro de exclusão se complexifica na passagem para o século XX, quando a população do Brasil crescia em ritmo de quase 10% ao ano pelo processo de emigração, aumentando ainda mais a população adulta, analfabeta e de baixa renda. Associado a este fator, ocorre um intenso processo de migração interna, com a população rural transferindo-se para as cidades, dando início ao processo de urbanização brasileiro. Segundo Taube (1986), a maioria dos estudos realizados aponta como responsável pela expansão das “favelas” o êxodo rural ocorrido nos anos 60 e 70, assim como o processo acelerado da industrialização e urbanização neste período. O adensamento populacional urbano no Brasil é mais marcante na década de 60, quando 54,1% da população brasileira ocupa os espaços urbanos. O crescimento foi progressivo e, segundo o Censo do IBGE realizado em 2010, atualmente mais de 84% da população brasileira vive em áreas urbanas, ultrapassando a média de 75% dos demais países da América Latina, segundo dados da ONU-HABITAT (2011) (agência das Nações Unidas).

Os fatores de expulsão e/ou atração no sentido rural-urbano são os mais diversos de acordo com cada especificidade e contexto. Enquanto fenômeno macrossocial relaciona-se com uma diversidade de fatores, que somente poderão ser apreendidos a partir do estudo detalhado em cada caso específico. No que concerne a construção ideológica das relações entre as pessoas citadinas e as pessoas do espaço rural, em termos da polaridade ideológica, “ser civilizado significava ser um cidadão da cidade”. Os habitantes da cidade, quase sempre brancos, católicos, letrados pelo pensamento dominador, apropriaram-se metaforicamente dos códigos binários de construção do

em obra de referência sobre os sistemas hierarquizados entre dois mundos presentes na mitologia brasileira.

“outro”, e elaboram uma identidade para os seres agrícolas, qualificando-os como o “matuto” e o “tradicional”, enquanto o habitante da cidade é “intelectual” e “moderno”.

O fato é que neste contexto de intenso processo migratório ocorre um acelerado crescimento populacional nos centros urbanos, que não consegue absorver de forma satisfatória o contingente populacional, fator que contribuiu para a crise urbana, surgindo diversos problemas estruturais, como desemprego, falta de infraestrutura urbana e serviços urbanos (como transporte, saúde, segurança), bem como uma grande valorização imobiliária, que dificulta o acesso à habitação das populações de baixa renda. No Brasil, principalmente nas grandes metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, os cortiços representaram a primeira alternativa à população de baixa renda (brancos e negros), e, somente em meados da década de 20, surgem os aglomerados habitacionais, conhecidos como “favelas”.³ A grande demanda populacional e falta de políticas habitacionais, sociais e econômicas que atendessem às necessidades dos novos habitantes urbanos reverberaram em alternativas próprias, pois,

A moradia se tornou escassa e cara. Os serviços urbanos, inclusive o transporte desde os subúrbios, eram precários. Aos novos migrantes à procura de casa vinham somar-se os moradores da cidade que não mais podiam pagar os aluguéis nem mesmo de cortiços, avenidas ou cabeças de porco^(*). As favelas nas colinas ao redor do centro da cidade ofereciam a dupla vantagem de não cobrarem aluguel e de serem bem localizadas e para muitos constituíram a melhor solução. (Perlman, 1977: 41)

As “favelas”, normalmente, se localizam em áreas desprezadas pelo mercado imobiliário, em áreas desvalorizadas pela localização, ou seja, pela falta de qualidade ambiental em espaços/lugares em declividade e/ou com problemas geológicos. As ocupações são feitas em terrenos não reclamados pelos interesses imobiliários e geralmente situam-se nas proximidades de oferta de emprego ou localidades de fácil acesso aos serviços públicos, tais como transporte, escola, assistência médica, facilitando a adaptação do migrante na cidade.

O pressuposto da informalidade dos moradores citadinos excluídos da dinâmica da cidade “formal” está diretamente relacionada à falta de ações afirmativas do Estado

³ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define aglomerados subnormais (sinônimos – favelas e similares) como conjuntos de residências (51 e mais) que ocupam terreno alheio (público ou privado), que estão organizados de forma desordenada, com elevada densidade populacional e com carência de serviços públicos essenciais.

^(*) Cabeça-de-porco = cortiço = habitação coletiva das classes pobres: casa de cômodos in *Dicionário Aurélio Buarque de Holanda*.

no sentido de reconhecer o pertencimento dos novos cidadãos urbanos. Tal acarreta a divisão e hierarquização do espaço em pequenos territórios considerados legais – onde se reproduzem os interesses econômicos das elites – e grandes áreas que são consideradas como “ilegais”, onde habitam os “cidadãos” excluídos, marginalizados e desamparados por falta de ações públicas que atendam às necessidades das populações de baixa renda. No entanto, é importante observar que alguns estudos descrevem que a:

Favela é uma situação irregular do ponto de vista legal, mas os favelados em nada se diferenciam da população de baixa renda existente na cidade. Ela é fruto dos processos existentes a nível social e os favelados trabalham e consomem através dos circuitos da cidade. Assim, a favela não é um núcleo à parte, que possa ser entendido independentemente do conjunto econômico-social maior, que a produz e reproduz. (Kowarick *in* Taube, 1986: 71)

O processo histórico das ocupações das habitações caracterizadas como “ilegais” no Brasil é crescente e proporcional ao crescimento da desigualdade socioeconômica. Estatisticamente, o crescimento dos moradores em “favelas” é maior do que o crescimento da população urbana em áreas consideradas como legais. A primeira análise estatística no Brasil sobre “favelas” foi realizada pelo IBGE em 1953, no estudo “As favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950”. Entretanto, em 1987, o termo “favela” foi substituído pelo termo “aglomerado subnormal” e utilizado desde o Censo de 1991. São números que, como analisam os pesquisadores, tornam impossível comparar de forma linear o número de moradores em aglomerados do tipo em 2000, 6 535 634; com os mais de 11 milhões atuais (Garcia, 21.12.2011).⁴

Destarte, verifica-se que problema habitacional vai além dos números apresentados, uma vez que os critérios de identificação ainda são bastante subjetivos; todavia a exclusão e marginalização por parte “elite” brasileira revelam-se na ausência do Estado para com seus cidadãos. Trata-se de um processo que se revela significativamente na não promoção da cidadania e subalternização de mais de 6% da população brasileira. Assim, associado ao processo de construção de um “outro” “marginal”, identifica-se o processo de “ocultamento” das mazelas no cenário nacional, pois os modelos de identificação dos Indicadores Sociais Mínimos comumente são referenciais exógenos, elaborados pelos países do Norte, e não levam em conta as particularidades dos contextos locais. Os Indicadores Sociais Mínimos impossibilitam

⁴ Os mais de 11 milhões de moradores vivendo em favelas no Brasil representam pouco mais do que a população inteira de Portugal ou mais de três vezes a do Uruguai (Garcia, 21.12.2011).

responder a uma exigência dos países do Sul, mais especificamente do contexto brasileiro. Segundo consta no IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,

O MNSDS tem como um de seus objetivos permitir o acompanhamento estatístico dos programas nacionais de cunho social, recomendados pelas diversas conferências internacionais promovidas pelas Nações Unidas nos últimos quatro anos, a saber: conferências sobre população e desenvolvimento (Cairo, 1994), sobre desenvolvimento social (Copenhague, 1995), sobre a mulher (Beijing, 1995) e sobre assentamentos humanos (Cairo, 1996). O conjunto de indicadores sociais compreende dados gerais sobre distribuição da população por sexo, idade, cor ou raça, sobre população e desenvolvimento, pobreza, emprego e desemprego, educação e condições de vida, temas identificados pelo *Expert Group on Statistical Implications of Recent Major United Nations Conference* como prioritários na agenda das conferências internacionais. O MNSDS resultou de uma ampla consulta técnica a inúmeros países e organismos internacionais. (IBGE, 2011)

Como se pode observar no conjunto de indicadores sociais, não consta a questão de habitação e condições de moradia, diretamente. Este fato acontece a partir de duas situações complementares. Em primeiro lugar, porque são indicadores elaborados pelo global (internacional) e não pelo dimensionamento dos problemas locais. Em segundo lugar, demonstra o descaso do Estado brasileiro perante a situação ao não relacionar o contextual, eximindo-se do papel de promoção da equidade social, pois o texto segue dizendo que

Seguindo as recomendações da Comissão de Estatística das Nações Unidas, o IBGE apresenta nesta página um sistema mínimo de indicadores sociais (ISM) com informações atualizadas sobre os aspectos demográficos, anticoncepção, distribuição da população por cor ou raça; informações atualizadas sobre trabalho e rendimento, educação e condições de vida. Na elaboração do sistema foram consideradas as peculiaridades nacionais e a disponibilidade de dados. (IBGE, 2011)

É claro que o Estado tem avançado em diversos indicadores sociais, pois o mesmo relatório demonstra que “a participação da população na gestão administrativa vem crescendo, via Conselhos Municipais, chegando a atingir cobertura nacional, principalmente nas áreas de saúde e educação (acima de 90% dos municípios)” (IBGE, 2011). No entanto, as reivindicações e ações participativas dos moradores de “favela” não estão relacionadas com as suas condições de moradia, mas principalmente com o reconhecimento como cidadãos, como veremos mais adiante.

A complicada questão das “favelas” no Brasil perpassa um conjunto complexo de fatores raciais, econômicos e culturais de construção de grupos humanos estereotipados. A construção de um “outro” - negro, analfabeto, violento, de baixa renda, que ocupa os espaços de forma ilegal, e não participa da sociedade formal – transformou-os em subalterno intra-Sul, cidadão urbanos, cuja cidadania e reconhecimento de pertencimento são negados. Sob a lógica binária da existência de uma cidade “formal” e outra “informal”, construiu-se perversamente um “outro” - “favelado”. O modelo do pensamento hegemônico turva a visão mesmo do mais bem intencionado pesquisador, que, ao adentrar em “comunidades marginalizadas”, já se encontra imbuído de um modelo de pensamento estruturado, estabelecendo comparações forjadas com outros modelos de comunidades, enveredando por desfoques conceituais, bem como pela negação da diversidade de expressões urbanas. Para compreender a diversidade é preciso permitir que a própria cosmovisão dos grupos humanos revele as suas identidades. Pois, quando a questão das “favelas” é analisada sob a cosmovisão dos próprios moradores, verifica-se que, a cada história e cada trajetória de vida, este “outro” se revela na luta por sua equidade como cidadão urbano em um país de profundas desigualdades sociais. Partindo desta premissa, é possível analisar como os “favelados” são subalternizados pelo próprio povo. Sem a pretensão de solucionar os problemas das desigualdades socioeconômicas do Brasil, apresentaremos brevemente como os moradores de uma comunidade identificada com a categoria “favela” desconstroem o discurso dominante, e se reconstroem enquanto seres humanos empenhados pelo direito de existir.

3. “Favela do Siri” ou “Vila Arvoredo”? – Uma questão de reconhecimento do “outro”

A “Vila Arvoredo” representa um grupo humano entre tantos outros no Brasil que luta por sua existência e pelo reconhecimento do direito à cidadania, em um país que historicamente o silenciou e marginalizou, seja por questões raciais, econômicas e/ou culturais. O estudo de caso que apresentaremos elucidada como a chamada “elite” brasileira se apropriou dos modelos de categorização do pensamento hegemônico na construção do “outro”, criando novos estereótipos de ocultamento intra-Sul; por outro lado, permite demonstrar como estes “outros” revelam suas próprias identidades, mesmo que não sejam reconhecidas no seu contexto. O estudo foi realizado no ano de 2002, em uma comunidade localizada na região Sul do Brasil, em Florianópolis, capital

do estado (unidade administrativa da divisão do território brasileiro) de Santa Catarina, com o objetivo de analisar a percepção dos moradores da “Vila do Arvoredo” das suas condições de moradia (Nopes, 2002). A comunidade é conhecida como “Favela do Siri”, no entanto, os moradores preferem identificar o lugar/espço onde vivem como “Vila do Arvoredo”.

O Município de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, está dividido em duas porções de terra, sendo 97% em área insular e 3% em área continental. A “Vila do Arvoredo” situa-se no norte da Ilha, em região balneária e turística, conhecida como Praia dos Ingleses. Como aventado anteriormente em outras capitais do Brasil, a ocupação de áreas não reclamadas pelo interesse público e imobiliário, em Florianópolis, se deu inicialmente após a abolição, cabendo principalmente aos descendentes de escravizados africanos a ocupação das encostas dos morros na Ilha. Cardoso (2000: 92), na tese *Negros em Florianópolis*, descreve como se demarcou a divisão do espaço territorial da Ilha, de acordo com os estratos sociais – “a cidade cresceu nos vales. A valorização dos terrenos leva parte da população a morar em pontos mais distantes. As classes mais pobres são obrigadas a localizar-se na ladeira dos morros.”. As comunidades de ocupação mais antigas como Mont Serrat (início por volta de 1860, maior adensamento em 1950; encontra-se em encosta de morro c/altitudes de 40 a 150 m), Morro do Mocotó (1900 – encosta de morro com altitudes de 5 a 100 m), Morro do 25 (1907 – razoavelmente plano e no final encosta acentuada) e Morro da Mariquinha (1920 – encosta de morro com altitudes de 30 a 90 m) foram inicialmente formadas por famílias de baixo poder aquisitivo (na sua maioria negros) naturais de Florianópolis e de cidades arredores como Antônio Carlos. O pensamento dominante comumente identifica todas as “favelas” como homogêneas, alegando que representam somente um problema para os espaços urbanos. No entanto, as “favelas”, tanto no que se refere aos aspectos humanos como materiais, são heterogêneas e se estruturam em diversos momentos e contextos históricos, de forma que os atributos correlacionais fazem parte do imaginário colonial. Os dados do último censo do IBGE (2011) evidenciam os diferentes tipos de “favelas” no Brasil conforme cada região e Estado, bem como apresentam as diversas nomenclaturas. No Rio de Janeiro, por exemplo, “as favelas estão localizadas principalmente em encostas íngremes. Em Fortaleza, em áreas de praia” noutras regiões como Maceió, as áreas ocupadas “estão predominantemente em vales profundos, conhecidos na região como grotas”. Na cidade de Macapá, “em baixadas permanentemente inundadas, chamadas palafitas”, e em Cubatão (SP) estão

localizadas em manguezais, enquanto “em Manaus, em igarapés e encostas” (Garcia, 21.12.2011).

Retomando a problemática das comunidades carentes na capital do Estado de Santa Catarina no contexto histórico, o fenômeno migratório e adensamento urbano ocorrido no Brasil na década de 1960 igualmente sobrevieram em Florianópolis, reverberando no adensamento das antigas áreas marginalizadas bem como no surgimento de novas áreas. Neste período, a capital do Estado recebe grandes investimentos principalmente no setor público, com a implantação da Universidade Federal de Santa Catarina, da Eletrosul e de outras empresas estatais, para além do melhoramento nas estradas e rodovias federais (BRs). São fatores determinantes de um grande fluxo migratório para a Ilha de Santa Catarina, principalmente devido à facilidade de acesso, além da expectativa de novas oportunidades de emprego e melhorias na qualidade de vida. Entretanto, as novas oportunidades de emprego impulsionaram “a vinda de uma população migrante pobre, multiplicando as áreas de periferia urbana e favelas” (CECCA, 1996: 03).

No final da década de 1970 e início de 1980, o incremento do setor turístico na ilha impulsiona novo grande fluxo migratório para Florianópolis, agora em sentido aos balneários (praias). O aumento populacional urbano desordenado provoca várias transformações sociais e econômicas da Ilha, principalmente em espaços fora da região central, pois a grande maioria das localidades hoje conhecidas como regiões turísticas de veraneio, até meados do século XX, era ocupada por habitantes locais que viviam basicamente da cultura pesqueira de subsistência. Tal fato ocasiona um abrupto processo de modernização urbana, e os locais passam a vivenciar outras realidades materiais e ocupacionais, concebendo novos *modus vivendi* de exploração e especulação da natureza, ampliando igualmente as desigualdades sociais e ocasionando grande destruição da cultura tradicional insulana e natural (paisagem). A exploração turística na região atrai a população de baixa renda e pouca escolaridade. A procura de novas oportunidades de vida e emprego demonstra a luta incessante dos seres humanos pela vida “idealizada” pelo discurso dominante e a “felicidade” igualitária propalada pelas ideias de progresso e desenvolvimento. No entanto, as populações de baixo poder aquisitivo, ao aportarem nos centros urbanos, deparam-se com a falta de infraestrutura, a falta de planejamento urbano, bem como a falta de habitações que atendam às suas condições, de forma que se faz necessário criar soluções próprias de moradia. Ocupam aqueles espaços urbanos não reclamados pelos interesses imobiliários e turísticos,

constituindo o que designamos “favelas”. Estas representam, sem dúvida, uma resposta à dinâmica social desigual e à falta de ação do Estado, no sentido de conduzirem as alternativas de habitação nas suas diversas manifestações humanas.

Galeano (1999 [1971]), no livro *Las venas abiertas de América Latina*, observa que a desigualdade social que se estabeleceu, principalmente nos países ditos subdesenvolvidos, é uma incoerência do próprio sistema. O “sonho” das populações pobres que migram para as cidades em busca de melhores condições de vida não passa de utopia.

Uma escada mecânica é a revelação do Paraíso, mas o deslumbramento não se come: a cidade faz mais pobre os pobres; porque cruelmente lhes exhibe a utopia da riqueza a que nunca terão acesso, automóveis, mansões, máquinas poderosas, como Deus e como o Diabo, e esta mudança lhes nega uma ocupação segura e um teto decente para se abrigar e pratos cheios na mesa a cada meio dia. (*ibidem*: 413-414)

O longo processo de silenciamento histórico dos povos de menor poder econômico desencadeou, no município de Florianópolis, um grande número de comunidades à margem nos espaços urbanos. Em 2008, foram identificadas 64 Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), sendo 30% na área continental e o restante na área insular, o que totaliza uma população de aproximadamente 52 mil pessoas, ou seja, cerca de 12% da população total do município, que segundo o censo de 2010 é de 404.224 habitantes (IPUF, 2011). As taxas de “favelização” nos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal e Pará são bem mais elevadas, representando as quatro capitais juntas mais de 50% dos moradores em “favela”⁵ do Brasil. O IPUF identificou como área carente os conjuntos habitacionais, onde há pelo menos 70% das famílias com renda familiar mensal inferior a três salários mínimos (US\$ 336,00⁶ – valores atuais), e que vivem em localidades onde existem problemas de habitação, de equipamentos urbanos e infraestrutura urbana.

⁵ As dez cidades com a maior proporção de moradores em favelas: Marituba (Pará/PA) 83 368 (77,2%) - Vitória do Jari (Amapá/AP) 9 044 (73,7%) – Ananindeua (PA) 288 611 (61,2%) – Belém (PA) 758 524 (54,5%) – Cabo de Santo Agostinho (Pernambuco/PE) 87 990 (47,7%) – São José do Ribamar (Maranhão/MA) 72 987 (44,8%) – Laranjal do Jari (Amapá/AP) 16 210 (40,7%) – Cubatão (São Paulo/SP) 49 134 (41,5%) – Iranduba (Amazonas/AM) 14 840 (36,4%) – Angra dos Reis (Rio de Janeiro/RJ) 60 009 (35,5%) (Garcia, 21.12.2011).

⁶ Conversão em 07.01.2012, conforme salário mínimo em vigor desde 01.01.2012 – Decreto n.º 7.655, de 23.12.2011.

As primeiras habitações da comunidade da “Vila do Arvoredo” foram construídas por volta de 1984. A ocupação se deu principalmente por migrantes de municípios do interior do Estado de Santa Catarina e do interior dos Estados vizinhos – Paraná e Rio Grande do Sul. Desde o início da ocupação, vêm-se verificando elevadas taxas de crescimento populacional na localidade, atingindo taxas superiores a 19% ao ano, pois em 1993 a comunidade possuía aproximadamente 66 famílias e uma população de 142 pessoas, em 1998 aproximadamente 127 famílias com uma população de 530 pessoas, e em 2008 158 famílias e uma população de aproximadamente 711 pessoas. A comunidade situa-se num vale de dunas e ocupa uma área de aproximadamente 50 000 m². O espaço ocupado não possuía proprietários e representava uma área de domínio público. Entretanto, o espaço/lugar ocupado é impróprio para moradia, principalmente por questões de segurança (dunas móveis, o que leva muitas casas a serem soterradas), e por se caracterizar por uma área de preservação permanente⁷ (área de dunas onde existe um lençol freático, uma reserva de água potável que abasteceria 15% da população da ilha). Portanto, aqui não somente presenciamos o descaso do Estado em relação aos seres humanos como também com a questão ambiental. Por outro lado, os habitantes da “Vila Arvoredo”, como qualquer outra comunidade ou grupo de pessoas, possuem a própria história, suas construções e representações sociais acerca do espaço social que ocupam. Transformam e descrevem à sua imagem ou identidade o espaço e contexto no qual estão inseridos, adaptando-se às coisas materiais e imateriais que nele existem.

Para o pensamento dominante, as “favelas” são um espaço “ilegal” do contexto urbano, e, portanto, deveriam ser removidas para espaços/lugares distantes das “elites” - uma estratégia de “ocultamento” da desigualdade social do Brasil, não uma solução de inclusão. No entanto, na perspectiva dos moradores da comunidade, este é um processo

⁷ Lei Federal 4.771/65, que institui o Código Florestal, deixando claro que “... as florestas e outras formas de vegetação natural, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comuns a todos os habitantes do país” (art. 1.º). E que são de preservação permanente as formas de vegetação ao redor das lagoas, lagos ... restingas fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues ... ou que asilam exemplares de fauna ou flora ameaçados de extinção (art. 2.º, 3.º e 5.º). Determinam a aplicação de penas aos contraventores por parte dos funcionários da repartição florestal e de autarquias, com atribuições correlatas, designados para atividades de fiscalização (FATMA, FLORAM, IBAMA e CASAN*). Estes são autoridades competentes para lavrar autos de prisão em flagrante contra infratores (art. 28.º a 34.º).

A Lei Federal é complementada pela Lei Municipal 2.139/81 – que institui o Plano Diretor de Balneários estabelecendo que são áreas de proteção permanente (APP) os topos de morro e encostas, as dunas móveis, fixas e semifixas, mananciais desde as nascentes até as áreas de captação para abastecimento, praias e restinga (art. 21.º), sendo vedada qualquer tipo de exploração ou supressão destas áreas. As dunas da Praia dos Ingleses também são consideradas patrimônio de interesse histórico, tombado pelo decreto de Lei n.º 112/85, como patrimônio ecológico e paisagístico da Ilha. Cabe assim ao poder público a responsabilidade de manutenção, fiscalização e proteção das áreas de grande importância para o bem social.

muito distante das suas expectativas enquanto cidadãos urbanos. Boa demonstração disso é que o Executivo de Florianópolis realizou um levantamento dos moradores da “Vila Arvoredo” para remoção, assunto que eles preferem nem falar, pois,

A possibilidade de serem expulsos de seus lares e comunidade apavora a maioria dos residentes das favelas. Sua atitude pode ser compreendida apenas se atentarmos para o fato de que, diante das restrições econômicas dentro das quais se movem, a favela é uma solução extremamente funcional para a maioria, se não para todos os seus problemas principais. A localização da favela põe seus moradores próximos dos melhores mercados de trabalho e lhes oferece múltiplas oportunidades para biscates quando estão desempregados ou apertados por dinheiro... (Perlman, 1977: 236)

Para alguns moradores desta comunidade, a ação de remoção representa uma violação dos seus direitos de proprietários, já que várias habitações, principalmente dos moradores mais antigos, se situam em terrenos que foram comprados, inclusive com pagamento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, como forma de garantir o direito à permanência no local. Para muitos, “é motivo de orgulho fato de que a maioria das famílias construíram os próprios lares [...] Apesar da precariedade da posse na favela, muitas famílias investiram em suas moradias, criando casas espaçosas, sólidas e com boas instalações, a partir do que no início não passava de um barraco.” (Perlman, 1977: 137). A aquisição da casa própria, como explica Durhan (1984: 174), “é um ideal extremamente generalizado e tem, certamente, um valor instrumental”. Para os migrantes de baixa renda a aquisição do terreno e a construção da casa própria representa segurança econômica e satisfação da necessidade permanente de abrigo, conforme bem exemplifica o depoimento do morador:

Mas graças a Deus, a gente ainda tá vivendo, porque o filho veio comprou ali, daí nós compramos aqui também. Mas tudo no nome dele. Ele comprou, pagou, ele tá pagando o imposto, como é que eles dizem agora... IPTU. IPTU ele paga, agora este ano passado ele não pagou porque não veio o papel. Mas eu disse para ele, agora a semana que vem, eu vou receber, aí eu vou lá ver se pago. Porque precisa pagar, né. (entrevista – Aguiar)

Pagar imposto imobiliário é um ato de cidadania, extremamente importante, para os moradores desta comunidade. Representa mais do que uma garantia de moradia, representa o pertencimento ao espaço urbano. A ideia de que os moradores das “favelas” representam um “fardo econômico” para a sociedade, por não pagarem

impostos e viverem da ajuda do Governo (bolsa família), tem suas raízes na continuidade do pensamento hegemônico de subalternização intra-Sul e numa visão histórica escravocrata tradicional do trabalhador braçal e rural, segundo a qual as suas atividades são realizadas por pessoas da mais “baixa” categoria humana na sociedade contemporânea. No conjunto de atributos marginalizantes de “favelado” perpassa a questão de que a grande maioria são trabalhadores manuais: os homens trabalham principalmente em atividades da construção civil (pedreiros, marceneiros, auxiliares de obra) e as mulheres na área da prestação de serviços (camareiras, cozinheiras e empregadas domésticas), atividades típicas das atividades destinadas historicamente aos povos colonizados e escravizados, estereótipo que perdura nas relações intra-Sul.

A população da “Vila Floresta”, como já mencionado anteriormente, é composta basicamente por migrantes (81%). Segundo estudos realizados por Durhan (1984) e Perlman (1977), a maioria dos habitantes de “favela” era migrantes rurais, que, na condição de lavradores sem terra, expulsos do setor agrícola, migra como alternativa de sobrevivência (como exemplo o caso do Seu Aguiar), ou ainda devido às terras improdutivas (como o caso do Seu Ceará). A vida na cidade representa a possibilidade de novas oportunidades de trabalho para o migrante e para os filhos. Seu Aguiar relata que com a morte do pai perdeu suas terras por falta de registro em cartório, passando de proprietário de terra à boia-fria, categoria que lhe permitiu obter a aposentadoria. Outros migram na expectativa de novas oportunidades de emprego, como é o caso do Seu Nelson, que era empregado assalariado numa microempresa na cidade de Ponta Grossa (PR), que fechou devido à crise na economia brasileira na década de 1980. “Vim trabalhar na obra da rodoviária, na época como almoxarife, quando terminou a obra da rodoviária, trabalhei em outras empresas, indústrias químicas e depois aqui nos Ingleses em restaurantes de garçom e de cozinheiro, e por fim este pequeno comércio”. (Seu Nelson)

O processo de migração para as favelas, como descreve Perlman (1977: 90), “não é absolutamente homogêneo ou idêntico para todos os migrantes”, mesmo entre os que convivem com o mesmo destino e as “mesmas condições de vida urbana”. Os fatores migratórios são os mais diversificados, sejam de atração e repulsão. Dona Mariquinha e Seu Aguiar contam que migraram para ficar próximo dos familiares: filhos(as), esposos, irmãos(ãs) que haviam migrado primeiro. Outros ainda migram por questões de identidade cultural, como o caso de Márcia, que desde muito jovem sonhava morar na Praia dos Ingleses, depois de passar um verão no local com uma família de Chapecó

(oeste de Santa Catarina), para quem trabalhava como babá. Desde então, apaixonou-se pelo lugar e pela educação do povo florianopolitano. Ela reproduz o modelo binário dominante, que identifica o povo chapecoense como ignorante e estúpido. Florianópolis, mais especificamente a Praia dos Ingleses, tem para ela um significado de pertencimento:

Eu não nasci lá, eu nasci aqui, porque aqui é o meu lugar. Sabe, quando tu conhece um lugar, e diz aqui é o meu lugar. Não sei se você consegue entender. É uma coisa assim, é o mesmo que tu comer, quando tu está com fome, te satisfaz. Ou beber água, quando tu estás com muita sede, beber aquela água muito gostosa. Este é o ar que eu respirei quando eu conheci os Ingleses. Eu falei, meu Deus, aqui é a minha vida. É a minha vida. (entrevista – Márcia)

Percebe-se, diante dos relatos de vida destas pessoas, a pluralidade de expressões de seres humanos que, entregues à própria sorte, lutam tanto pela sobrevivência econômica quanto por uma identidade social, que torne suas vidas mais humanas. Aqui vale igualmente destacar que, para o imaginário hegemônico, todo o “favelado” é miserável e vive em extrema pobreza; no entanto, a construção das representações sociais do morador de “favela” não vem carregada pelo sentimento de exclusão social de ser pobre. Para os moradores entrevistados, pobreza e miséria são terminologias com um significado diverso. Seu Ceará exemplifica dizendo que onde tem rico não tem miséria. A miséria, portanto, está associada à impossibilidade de garantir o sustento.

[...] onde só mora pobreza existe miséria, a senhora sabe disso. Todo o lugar que mora muita gente pobre, existe miséria, miséria é onde mora o pobre. Onde mora o pessoal de classe mais rica não tem miséria. Aqui, se eu estou com saúde, Deus me livre, eu estava com o meu cavalinho, com a carroça. Aqui, eu saía aqui, eu fazia um frete, entendeu, ganhava vinte, trinta reais, entendeu? Ia lá na frente, ganhava um móvel trazia e vendia [...] Lá para a gente sobreviver não é fácil não. Quem tem, tem, quem não tem, não tem. Aqui não, aqui Deus me livre, você sai ali e pega um peixe, já arruma um quintal para carpi, arruma um mato pra tirar, um serviço de pedreiro, mas lá não, lá é ruim. (Entrevista – Ceará)

Lá eu tinha uma casinha de madeira, tinha tudo o que pobre precisa, mas tinha tudo... mas lá não tinha emprego. Lá é uma miséria, só quem tem poder de terra, quem tem terras grandes. Mas para pessoa que não tem distinção (ia dizer pobre) não dá para morar, não dá. [...] Porque a gente trabalha, e lá não tem nada para gente fazer. Só quem vai lá e vê a miséria e a carência que tem naqueles bares e supermercados. Até o leite de lá, aqui que vem de longe, lá é mais caro do que aqui. A farinha de milho, ela vem de lá, vai para São Paulo, e ainda aqui é mais barato do que lá na roça. (Entrevista – Mariquinha)

Estes relatos revelam a satisfação de poder viver num local onde a oportunidade de continuar lutando pela sua sobrevivência é uma garantia. A maioria dos moradores da comunidade (cerca de 90%) diz estar mais satisfeita morando no lugar onde hoje vive. Quando arguidos sobre a sua condição de vida, 71% diz ter melhorado de vida, 21% diz não ter alterado a sua condição de vida e apenas 8% diz ter piorado. Os principais fatores apresentados como melhorias estão principalmente relacionados com a facilidade em arranjar emprego, melhores moradias, e facilidade de acesso a atendimento de saúde e escola.

No estudo realizado por Perlman (1977), a autora verifica que o “favelado” é muito mais otimista do que a restante sociedade brasileira. A autora justifica este otimismo, dizendo: “em parte talvez porque esta é uma característica do brasileiro em geral, em parte, quem sabe, porque precisam dele para seguir em frente.” A satisfação de viver num local onde o acesso aos serviços de infraestrutura urbana é garantido, onde o “pobre que é honesto e trabalhador” sempre consegue algum “bico” que lhe garanta a sobrevivência é um sentimento bastante forte para alguns moradores da “Vila Floresta”.

Por outro lado, no que concerne ao papel do Estado ausente, uma das estratégias de ocultamento e/ou tentativa de “expulsão” ou “contenção” dos moradores de “favela” era não os beneficiar com infraestrutura urbana.⁸ Entretanto, as comunidades mais recentes ainda se encontram sem alguns serviços essenciais, como revela o seguinte depoimento de morador:

Aqui para começar, o lixo, o lixeiro vem até a outra rua ali, só e pronto. A prefeitura do calçamento para cá não toma conhecimento de nada. Luz não se instala mais, água não se instala, mais. Embora, não adianta querer se... que nem a água e a luz, principalmente a água que é considerado essencial. Eu tenho, mas o pessoal para dentro ai não tem. Tu podes ver que a luz é rabicho, a água também é tudo rabicho. [...] Infelizmente é assim. E não instalam mais luz, inclusive o poste ficou lá, eles iam colocar poste em toda rua mas parou lá, depois que a Prefeitura entrou com .. sei lá o que ... Partiu da Prefeitura, dos vereadores a ideia de não instalar nada. É um tipo de forçar o pessoal a sair daqui, né. Mas o brasileiro sempre dá um jeitinho e vai ficando. Inclusive a Celesc andava por aqui e dizendo que iam cortar todos os rabichos, daí ouve uma pequena manifestação e não apareceram mais. E agora não vem, porque é época de política, mas depois que passar a política creio que eles começam de novo. (Entrevista – Nelson)

⁸ No entanto, o último estudo do IBGE (2011) revela que a maioria das favelas do Brasil tem acesso aos serviços básicos. No país, 88,3% das casas em favela tem abastecimento de água adequado, 67,3% possui esgotamento sanitário, 95,4% tem destinação de lixo adequada e 72,5% possui energia elétrica.

Sistema de esgoto também não existe na comunidade. As casas possuem fossa negra ou séptica, mas como o lençol freático é superficial, estas não funcionam muito bem, segundo informações do IPUF. A inexistência de sistema de esgoto é um dos problemas mais graves na comunidade, devido à poluição do lençol freático sob a qual a comunidade está situada. O aumento da população e a falta de saneamento é um fator que vem preocupando os próprios moradores, como expressa Marli: “dizem que aqui é um lençol de água, isso quer dizer então que nós estamos tomando água contaminada? Dizem que vão tirar, vão dar coisas melhores, mas nada até agora.” A falta de infraestrutura urbana, não obstante, representa mais um descaso do Estado no sentido de promoção da cidadania.

Por outro lado, os moradores das “favelas” igualmente desenvolvem suas estratégias de solidariedade como forma de consolidar o pertencimento ao espaço/lugar que vivem. As relações de vizinhança marcam a intensa sociabilidade, com forte valorização dos espaços comuns como lugar de encontro e pertencimento. Todos os entrevistados relatam a proximidade de familiares e a importância das relações de parentesco e vizinhança. Manter a família próxima e um bom relacionamento com os vizinhos é uma forma de garantir a organização social e a satisfação da manutenção das crenças e dos valores dos núcleos familiares, principalmente para aquelas famílias mais tradicionais que migraram na esperança de melhorar a qualidade de vida para si e para seus familiares. Dona Mariquinha chega a dizer que “Os meus vizinhos não são vizinhos, é a minha família. Esta servidão (ruela) aqui é a minha família, é a família que eu não tive”. E a importância da relação fica clara, também, nos depoimentos de outros moradores, como expressa seu Aguiar:

O vizinho bom é a gente que faz... Toda a família aqui, senão eu já tinha voltado, porque os filhos da gente é que segura. Onde estão os filhos. [...] A gente se alegra quando vê um filho chegando na casa da gente, prostrar com a gente, conversar com a gente. É isso aí que a gente quer. (Entrevista – Aguiar)

Estudos no Brasil sobre a temática, como os de Perlman (1977), Taube (1986), Durhan (1984) e outros, que analisaram famílias migrantes e as redes sociais, em diferentes contextos, demonstram que mesmo na cidade os laços de parentesco e vizinhança tendem a se reforçar como estratégia de adaptação e subsistência do grupo. As representações sociais construídas por estes habitantes urbanos são uma forma de autoconceituação e identificação *com e na* sociedade à qual pertencem. Desta forma, a

categoria “favelado” não é entendida como um conceito que os identifica com o espaço onde moram. Ao se categorizarem como “não favelado”, os entrevistados estabelecem uma comparação com o outro grupo “favelado”. A comparação social, no caso em estudo, envolve características e atributos carregados de valores morais, que se resumem em valores positivos ou negativos, o que conduz a diferenciação intergrupal. Na tentativa de uma autoidentificação positiva, os habitantes estudados elaboram categorias como “trabalhador honesto” e “profissional”, para livrar-se dos estereótipos do pensamento hegemônico, marcado pelo espaço/lugar que ocupam. Assim, o “profissionalismo” é uma representação social muito importante para os moradores da “Vila Floresta”, o que refuta as análises vigentes do “favelado” como mão de obra não qualificada. Neste sentido, Lander (2005: 36) sugere que ao analisar o “outro” é fundamental que os conceitos e ferramentas no “sentido de identificação de carências e deficiências têm de ser separadas”, para que o conhecimento dessas sociedades se desenrole a partir das especificidades histórico-culturais e não por categorias universais.

A maioria dos entrevistados, em seus discursos, sente orgulho na atividade profissional que exerce. É com contentamento que Dona Mariquinha mostra o diploma de camareira, e diz: “Eu, a gente tem uma coisa, que eu até me sinto orgulhosa. A minha família veio sem profissão, e hoje todos eles tem profissão.”.

Marli, igualmente, quando se refere ao campo de trabalho, relata com satisfação: “quando o meu marido começou a construir aqui, na Rua do Siri, não que eu quero falar, mas as casas melhores, mais bonitas quem construiu foi ele.” Os moradores demonstram uma grande preocupação em “ter uma profissão”, em classificar-se como “trabalhador qualificado”, no intuito de se livrarem do estigma de “favelado”, “marginal” e “malandro”, construído pelo imaginário hegemônico.

Perlman trabalha o conceito de “marginalidade”¹⁰ nas suas diversas abordagens, como são traçados os estereótipos populares e eruditos do pobre urbano. A autora

¹⁰ A marginalidade, segundo Perlman, é um termo bastante vago, abordado por várias correntes teóricas, podendo ser validadas ou não, de acordo com o caso de cada comunidade. Em “O Ideal Tipo da Marginalidade” (1977:166:), a autora resume o conceito em quatro dimensões: social, cultural, econômica e política. Na dimensão social, a autora aponta a *desorganização interna* - as favelas não possuem organização social interna; seus residentes são solitários e isolados - e o *isolamento externo* - o favelado não está integrado na cidade e não se utiliza muito do contexto urbano e nele nunca se sente à vontade. Na dimensão cultural aponta a *cultura do tradicionalismo* - a favela é um enclave de paroquialismo rural na cidade - e a *cultura da pobreza* - o favelado, como reação e adaptação à sua penúria, elabora e perpetua uma cultura da pobreza. Na dimensão econômica aponta o *parasitismo econômico* - os favelados representam um dreno na economia urbana, tomando mais do que dão - e o *paroquialismo econômico* - tanto a cultura do tradicionalismo como a cultura da pobreza contribuem para o paroquialismo econômico do favelado. Na dimensão política aponta a *apatia política* - o favelado não está integrado na vida

conclui que a “marginalidade é um mito” e uma forma de descrição da realidade social que:

Na qualidade de mito, serve de fundamento para crenças pessoais e interesses da sociedade; suas profundas raízes no espírito dos indivíduos não se deixarão abalar por qualquer análise teórica. Na qualidade de descrição de uma realidade social, refere-se a um conjunto de problemas específicos que precisam ser abordados desde um ponto de vista teórico diferente, a fim de que seja corretamente compreendida. (Perlman, 1977: 285)

Partindo do princípio que a marginalidade serve como “fundamento para crenças pessoais”, os indivíduos, ao elaborarem o conceito de identidade social na perspectiva intergrupala, esforçam-se para obter uma identidade social positiva, e, ao categorizarem-se, categorizam os outros segundo critérios e valores que ele mesmo constrói para classificar o “eu” em relação os “outros”, dentro do grupo a que pertencem.

No caso dos relatos obtidos, verificamos que o conceito “favelado” vem associado ao de marginal. Não como um grupo em condição marginal da sociedade, mas como indivíduos que a “nível moral” se marginalizam na sociedade. Ou seja, para os moradores da “Vila Floresta”, “favelado” é o “marginal” e não o “pobre honesto e trabalhador”. O termo marginal na comunidade parece uma tradução simples do termo, como descreve Perlman (1977: 124): “A simples palavra *marginal* tem conotações profundamente negativas. Um marginal, ou um elemento marginal significa um vagabundo, indolente e perigoso, em geral ligado ao submundo do crime, da violência, das drogas e da prostituição” (grifos da autora).

A tradução linguística do termo “marginal”, segundo os moradores da comunidade, pode ser traduzida não apenas através dos relatos que obtivemos nas entrevistas, mas também em conversas informais que mantivemos com outros moradores da comunidade. Durante o período da pesquisa, ouvia-se constantemente: “isso está virando uma favela”. O “estar virando uma favela” significa a ocupação desordenada do espaço onde vivem. São consideradas “faveladas” as famílias que simplesmente ocuparam o lugar sem nenhuma autorização, ou sem nenhuma ligação de parentesco e/ou amizade com os demais moradores da comunidade. Os moradores que

política da cidade e do país – e o *radicalismo político* – devido às suas frustrações, desorganização social e anomia, os favelados são inclinados para o radicalismo de esquerda.

compraram seus lotes têm direito à propriedade, e lutaram por seus direitos de proprietários, mesmo que seja por meio de escritura de posse.¹²

Segundo os moradores da comunidade, a ocupação da comunidade por pessoas de “fora” está associada a questões morais, como classificar e diferenciar o “pobre trabalhador” do “pobre marginal”. Ou seja, o “divisor de águas” não está no que se refere ao lugar onde vivem, mas ao tipo de comportamento positivo ou negativo nas relações sociais do espaço que ocupam.

[...] para mim, aqui é lugar quem nem se fosse um paraíso, vamos dizer assim, como se fosse. Aqui não é ruim, porque eu já me adaptei aqui nesta vila. Tirando o que tem ruim, é bom. **(O que tem de ruim aqui?)** De ruim não, porque aqui nas dunas, quando eu cheguei aqui, era bom de viver, realmente era um lugar bom. Mas depois como veio muita gente de fora, isto aqui virou diferente. Você assim, não pode largar uma criança na rua, sozinha à noite. Porque aqui era um lugar calmo, era um lugar bom mesmo de viver aqui. Mas só que agora tá difícil de viver aqui, não é só aqui mas em todos os lugares, né. Só que aqui realmente virou uma espécie de coisa que tu não tem como conviver aqui, junto. A Prefeitura disse que vai isolar aqui, que vai dar casa para as pessoas que estavam morando aqui, mas cada vez vem mais gente, mandam proibir e eles cada vez botam mais gente aqui. (Entrevista – Marli)

Assim, para os moradores da “Vila”, o ser marginal é aquele que está ligado às drogas e à criminalidade, ou os “vagabundos”, como qualifica Márcia: “quem fica fumando maconha” e não trabalha, quem fica somente esperando a ajuda das assistentes sociais. A questão da criminalidade e violência nas favelas também é analisada como um mito. Como verifica Perlman (1977), não condiz com a realidade observada em seu estudo, e os próprios moradores se dizem sentir mais seguros ali do que em outros locais. A autora observa, inclusive, que este foi um dos fatores que favoreceu o espírito cooperativo e de amizade dentro das comunidades.

O crime e a violência, evidentemente, eram um problema nas favelas tempos atrás, em particular para os próprios favelados. Os moradores mais antigos de Jacarezinho, uma das maiores favelas do Rio, com uma população de 60.000 pessoas, contaram que nos primeiros tempos eram atormentados por constantes brigas, roubos e até mortes. Às vezes, disseram, ouviram tiros de revólver à noite

¹² Escritura de posse – documento legal de propriedade sem direito a matrícula no Registro de Imóveis, ou seja, sem direito de compra e venda, podendo posteriormente conseguir escritura pública, segundo: Novo Código Civil Brasileiro – Da Aquisição da Propriedade Imóvel – Seção I, art. 1.240.º. Aquele que possui, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

junto aos seus barracos, e tinham pavor de interceder de medo de serem assassinados eles próprios. Foi o primeiro problema que uniu os moradores, que juntaram forças a fim de constituir um comitê voluntário de vigilantes, com rodízio dos membros cada noite. Foi o que assentou um precedente para a formação gradual de poderosas normas de cooperação e segurança mútua dentro do grupo. (Perlman, 1977: 172)

Os tempos mudaram desde o estudo de Perlman, mas se levarmos em conta que a comunidade da “Vila Floresta” é de formação muito recente, talvez possamos acreditar que os problemas que o grupo vive hoje e as diferenças estabelecidas dentro da comunidade podem, no futuro, representar a necessidade de uma melhor organização interna. Ou seja, se analisarmos sob a perspectiva das experiências sociais vividas em outras comunidades, os problemas e as diferenças estabelecidas dentro desta comunidade pode ser um fator de unidade, no sentido de unir forças para solucionar não somente os problemas internos de relacionamento, mas principalmente os problemas referentes à infraestrutura da comunidade e de reconhecimento da identidade da diversidade de expressões urbanas.

O processo de construção da identidade dos grupos humanos perpassa a complexa estrutura dos imaginários, e a problemática da construção destes imaginários está no modelo hierárquico de construção do “outro”, ou seja, na subalternização e inferiorização das diversas existências. A tensão entre os imaginários somente fará sentindo se romper as barreiras entre as narrativas universalizantes e dominantes, pelo diálogo entre as distintas formas de ser e viver dos seres humanos, quando no reconhecimento da diversidade possa promover a inclusão no espaço urbano e o direito à cidadania. A inclusão deve, portanto, perpassar as relações de dominação e a imagem do “outro”, não somente no sentido global, mas igualmente nas relações e locais.

Considerações finais

Analisando o fenômeno das “favelas” e dos “favelados” no Brasil como um problema para além das questões socioeconômicas e estéticas urbanas, verifica-se o problema histórico de subalternização racial e étnica, bem como o ocultamento da diversidade intra-Sul.

Desta forma, perguntamo-nos como repensar ou impensar os conceitos elaborados pela Europa quando deslocados para outros contextos? Como construir alternativas de análises que percebam todos os seres humanos como participantes do mesmo movimento histórico de formação da sociedade brasileira, sem marginalizações? Como

descolonizar o pensamento da “elite” brasileira na visibilidade e reconhecimento dos “favelados” como moradores urbanos?

O presente texto teve, portanto, como objetivo ampliar o foco das investigações descoloniais para além das relações Norte-Sul ou Ocidente-Oriente, adentrando nas relações sociais locais, demonstrando como o enredado processo de construção do saber hegemônico se ramifica na construção dos saberes locais, principalmente no que concerne ao silenciamento e à negação do(s) “outro(s)”. A reprodução do modelo hegemônico de construção do “outro” urbano no Brasil tornou-se um estereótipo estandardizado discriminatório. De certo modo, as análises e os informativos sobre as “favelas” e os “favelados” colocam em ênfase sobretudo a questão da violência, do tráfico, da miséria e da prostituição; o que tem contribuído para fortalecer a marginalização e subalternização dos cidadãos urbanos dessas áreas. Na realidade, os ideários da civilidade ocidental, “a ‘falsa civilidade’, por muito falsa que seja, implica algum reconhecimento de um modelo dominante de civilidade e é uma forma de resistência que se expressa no terreno definido pelo opressor.” (Thomas, 2005: 198).

Verifica-se, pelas experiências sociais dos moradores de “favelas”, que o processo de “marginalização” e “ocultamento” histórico de ausência da cidadania, reverbera, tal como nota Santos (2003: 62), no entrave ao reconhecimento e à pertença da diversidade, pois, “a não-cidadania é o grau zero da inclusão”. Desta forma, a inclusão dos moradores urbanos deve perpassar não somente pelo modelo do “tipo ideal de cidade moderna”, mas igualmente por projetos de reconhecimento da diversidade urbana e das suas múltiplas expressões. Entretanto, para romper a lógica binária que constrói um “outro” subalterno, torna-se necessário criar alternativas de diálogos entre o modelo hegemônico de democracia e a democracia participativa, levando em consideração a heterogeneidade de experiências sociais existentes nos espaços urbanos (Santos, 2002: 260). Neste processo é imprescindível a figura do Estado. No Brasil, somente na virada do milênio, vê-se o Estado elaborar embrionariamente algumas políticas sociais⁹ no sentido de garantir “moradia digna”¹⁰ para a população urbana de baixo poder aquisitivo. Como, por exemplo, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que

⁹ Legislações no sentido da inclusão dos Constituição Federal, Estatuto da Cidade – Lei 10.257/2001, Sistema/Conselho e Fundo Nacional de Habitação - Lei 11.124/2005, Política Nacional de Habitação Documento técnico de 2004, Plano Nacional de Habitação (em elaboração), Plano Municipal de Habitação (em elaboração).

¹⁰ A definição de “moradia digna” vai além da simples garantia de uma unidade habitacional. Trata-se de uma visão integrada, que demanda do município uma articulação entre os planos setoriais e as respectivas ações institucionais. (IPUF, 2011).

no governo Luiz Inácio Lula da Silva incentivou a legalização das terras - regularização fundiária. Em 2004, a Quinta do Caju conseguiu 200 títulos de propriedade da terra em uma área da União. Entretanto, o processo de regularização de terras em favelas representa um grande desafio para o Estado brasileiro. Sobre a importância do papel do Estado e da Ciência no processo de reconhecimento da diversidade, Santos (2007) analisa as implicações do “pensamento abissal”, a linha invisível que fundamenta as dicotomias:

O legal e o ilegal são as duas únicas formas relevantes de existência perante a lei, e, por esta razão, a distinção entre ambos é uma distinção universal. Esta dicotomia central deixa de fora todo um território social onde ela seria impensável como princípio organizador, isto é, o território sem lei, fora da lei, o território do a-legal, ou mesmo do legal e ilegal de acordo com direitos não oficialmente reconhecidos. Assim, a linha abissal invisível que separa o domínio do direito do domínio do não-direito fundamenta a dicotomia visível entre o legal e o ilegal que deste lado da linha organiza o domínio do direito. (Santos, 2007: 6)

Entretanto, o que apresentamos aqui é apenas uma das problemáticas sobre a questão das “favelas” entre as diversas possibilidades de colonialidade do poder e saber nas complexas relações que se estabeleceram de subalternização do “outro” urbano. De forma que há muitas análises possíveis em relação ao processo urbanizador no Brasil sob a égide do pensamento colonizador. Superar as consequências dos processos históricos de exclusão e marginalização representa grande desafio e esforço “administrativo no sentido de tornar espaços de encontro social, cultural, de lazer” em espaços igualitários de qualidade econômica e humanitária de vida (Lago, 1996: 61).

Com efeito, o que refletimos foi no sentido de demonstrar como a escola laica alimentou o pensamento das “elites brasileiras”, transformando-as em setores emancipados que se tornaram opressores, reforçando o modelo hegemônico de pensar o “outro”. Se o povo brasileiro passou por um processo de colonialidade poder/saber pelos europeus, atualmente nos deparamos com a continuidade da colonialidade poder/saber intra-Sul, pelos próprios brasileiros e brasileiras. O dilema, portanto, não é somente chegar a uma solução objetiva e pragmática da problemática, mas igualmente perpassa por questões teóricas e conceituais, de resistência epistemológica de negociação da identidade do “outro” em caráter “universal”, que bloqueia as interpretações das diversas identidades locais.

Referências bibliográficas

- Berman, Marshall (2006), *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bhabha, Homi K. (2005), “A Questão Outra”, in Manuela Ribeiro Sanches (org.), *Deslocalizar a “Europa”*. Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-Colonialidade. Lisboa: Ed. Cotovia, 143-166.
- Brüzeke, Franz Josef (1993), *Caos e ordem na Teoria Sociológica*. Consultado a 03.11.2011, em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_22/rbcs22_07.htm.
- Cardoso, Fernando Henrique (2000), *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular.
- Castro-Goméz, Santiago (2005), “Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da ‘invenção do outro’”, in Edgardo Lander, (org.), *A colonialidade do saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas*. São Paulo: CLACSO, 169-186.
- Diniz, Eli (1978), *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930/1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Dreifuss, René Armand (1981), *1964: A conquista do Estado, ações políticas, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Centro de Estudos Cultura e Cidadania - CECCA/FNMA (1996), *Uma cidade numa ilha: relatórios sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Insular.
- Damatta, Roberto (1997), *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Durhan, Eunice R. (1984), *A caminho da cidade. A vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Dijk, Teun A. Van (2008), *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto.
- Dussel, Enrique (2005), “Europa, modernidade e eurocentrismo”, in Edgardo Lander (org.), *A colonialidade do saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas*. São Paulo: CLACSO, 55-69.
- Elliott, John H. (1984), *El viejo mundo y el nuevo, 1492-1650*. Madrid: Alianza Editorial.
- Fanon, Frantz (2008), *Pele negra máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.

- Galeano, Eduardo (1999), *Las venas abiertas de América Latina*. Montevideo: América Latina [6.^a ed.; ed. orig.: 1971].
- Garcia, Janaina (2011), “Mais de 11 milhões vivem em favelas no Brasil, diz IBGE; maioria está na região Sudeste”, *UOL Notícias*. São Paulo, 21 de dezembro de 2011. *Caderno Cotidiano*. Consultado a 26.12.2011, em <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/12/21/mais-de-11-milhoes-vivem-em-favelas-no-brasil-diz-ibge-maioria-esta-na-regiao-sudeste.htm>.
- Goody, Jack (2008), *O roubo da história*. São Paulo: Contexto.
- Grosfoguel, Ramón (2010), “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”, in Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (orgs.), *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 455-491.
- Habermas, Jürgen (2002), *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Hall, Stuart (2003), *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG.
- Holanda, Sergio Buarque de (1971), *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011), *Censos demográficos*. São Paulo. Rio de Janeiro. Consultado a 18.12.2011, em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/default_minimos.shtm.
- IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (2011), *Plano Municipal de Habitação de Interesse Social*. Florianópolis: Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental.
- Lago, Paulo Fernando (1996), *Florianópolis: A Polêmica Urbana*. Florianópolis: Palavra Comunicação.
- Lander, Edgardo (org.) (2005), *A colonialidade do saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais*. Perspectivas Latino-americanas. São Paulo: CLACSO.
- Loomba, Ania (1998), *Colonialism/postcolonialism*. London: Routledge.
- Meneses, Maria Paula (2010), “O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais”, e-cadernos CES, 7, 68-93.
- Mignolo, Walter D. (2003), *Histórias locais/Projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

- Munanga, Kabengele (2010), *Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania*. Ação Educativa. Consultado a 15.12.2011, em <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/05diversidade.pdf>.
- Needell, Jeffrey D. (1993), *Belle Époque Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Nopes, Adriane (2002), *Vivo numa favela? O olhar do morador da Rua do Siri na Praia dos Ingleses, quanto a sua condição de moradia* (monografia). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- ONU - HABITAT (2011), *Informe Anual 2010*. Consultado a 18.12.2011, em www.unhabitat.org/publications.
- Perlman, Janice E. (1977), *O Mito da Marginalidade: Favelas e políticas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Quijano, Aníbal (2005), “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”, in Edgardo Lander (org.), *A colonialidade do saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais*. Perspectivas Latino-americanas. São Paulo: CLACSO, 227-277.
- Said, Edward W. (2004), *Orientalismo. Representações ocidentais do Oriente*. Lisboa: Ed. Cotovia.
- Santos, Boaventura de Sousa (2002), “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, 237-280.
- Santos, Boaventura de Sousa (2003), “Por uma concepção multicultural dos direitos humanos”, Boaventura de Sousa Santos (org.), *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Santos, Boaventura de Sousa (2004) (org.), *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Edições Afrontamentos.
- Santos, Boaventura de Sousa (2007), “Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46.
- Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (2009) (orgs.), *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez.
- Taube, Maria José de Mattos (1986), *De migrantes a favelados: estudo de um processo migratório*. Campinas: Editora UNICAMP.
- Thomas, Nicholas (2005), “Cultura e poder. Teorias do discurso colonial”, in Manuela Ribeiro Sanches (org.), *Deslocalizar a “Europa”. Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-Colonialidade*. Lisboa: Ed. Cotovia, 167-208.
- Wallerstein, Immanuel (2006), *Impensar a Ciência Social: Os limites dos paradigmas do século XIX*. São Paulo: Ideias & Letras.

Whitrow, G. J. (1993), *O tempo na história: concepções de tempo da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.